

**PROGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL
PARA A CONCESSÃO DO EXCLUSIVO DA EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE
FORTUNA OU AZAR NA ZONA DE JOGO DO ESTORIL**

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Identificação e objeto do procedimento

1. A designação do presente procedimento concursal é a seguinte: *CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA A CONCESSÃO DO EXCLUSIVO DA EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE FORTUNA OU AZAR NA ZONA DE JOGO DO ESTORIL*.
2. O presente procedimento tem por objeto a adjudicação de uma proposta tendente à atribuição do exclusivo da exploração de jogos de fortuna ou azar na Zona de Jogo do Estoril.
3. A identificação completa dos bens que integram e delimitam a concessão consta do Caderno de Encargos e respetivos anexos.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante e decisão de contratar

1. A entidade adjudicante e Concedente é o Estado, representado pelo membro do Governo responsável pela área do turismo, a quem cabe a decisão de contratar, de adjudicar, de aprovação da minuta do contrato e a outorga do mesmo.
2. A decisão de contratar foi tomada pelo Senhor Ministro da Economia e do Mar, em 18 de julho de 2022, data em que procedeu ao envio das peças procedimentais ao Senhor Ministro das Finanças para obtenção de parecer.
3. Em conformidade com o previsto no n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 422/89, de 2 de dezembro, na sua redação atual, o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, na qualidade de membro do Governo responsável pela área das Finanças, emitiu, através de Despacho de 8 de agosto de 2022, parecer sobre as peças do presente procedimento.
4. As peças procedimentais foram aprovadas pela Senhora Secretária de Estado do Turismo, Comércio e Serviços através de Despacho de 15 de agosto de 2022.
5. No âmbito do presente procedimento de formação dos contratos são subdelegadas na comissão de jogos do Turismo de Portugal, I. P. ("comissão de jogos"), com a faculdade de subdelegação, as competências para a prática de todos os atos

necessários a assegurar a respetiva tramitação, com exceção daqueles que nos termos da lei ou do presente Programa, estejam cometidos a outras entidades.

6. As comunicações dos interessados no âmbito do presente procedimento que não devam ou não possam ser efetuadas através da plataforma eletrónica utilizada pelo Turismo de Portugal, I.P. devem ser dirigidas à comissão de jogos, cujos contactos, para efeitos do presente procedimento, são os seguintes:
- Morada: R. Ivone Silva, Lote 6, 1050-124 Lisboa;
 - Endereço eletrónico: DCGG-concursos@turismodeportugal.pt e sítio na internet www.turismodeportugal.pt;
 - Telefone: +351 211 140 200;
 - Fax: +351 211 140 830.

Artigo 3.º

Contagem dos prazos

Os prazos estabelecidos no presente Programa do Concurso contam-se nos termos previstos no artigo 470.º do Código dos Contratos Públicos (“CCP”).

Artigo 4.º

Peças do procedimento

1. As peças do procedimento são as seguintes:
 - a) O anúncio;
 - b) O Programa do Concurso e seus anexos;
 - c) O Caderno de Encargos e seus anexos.
2. Os anexos ao presente Programa do Concurso, são os seguintes:
 - a) Anexo I – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP;
 - b) Anexo II – Modelo de guia de depósito bancário;
 - c) Anexo III – Modelo de garantia bancária/seguro-caução;
 - d) Anexo IV – Modelo de proposta financeira;
 - e) Anexo V – Modelo de avaliação das propostas.
3. Os anexos do Caderno de Encargos, do qual fazem parte integrante, são os seguintes:

- a) Anexo I – Descrição do edifício do Casino do Estoril, do parque de estacionamento poente, do parque de estacionamento poente/norte e dos jardins anexos;
 - b) Anexo II – Descrição do estabelecimento de banhos de mar do Estoril, do restaurante do Tamariz e da piscina anexa;
 - c) Anexo III – Descrição dos bens, equipamentos e material e utensílios de jogo;
 - d) Anexo IV – Programa do casino do Estoril e do casino de Lisboa;
 - e) Anexo V – Programa provisório do casino de Lisboa;
 - f) Anexo VI – Tabela de conformidades – Requisitos do Sistema de Controlo de Máquinas de Jogo;
 - g) Anexo VII – Obrigações relativas à realização de testes e aceitação do Sistema de Controlo de Máquinas de Jogo;
 - h) Anexo VIII – Funcionalidades de administração do Sistema de Controlo de Máquinas de Jogo;
 - i) Anexo IX - Obrigações relativas aos serviços de suporte e manutenção (corretiva, preventiva e evolutiva) do Sistema de Controlo de Máquinas de Jogo;
 - j) Anexo X - Formação sobre o funcionamento e funcionalidades do Sistema de Controlo de Máquinas de Jogo;
 - k) Anexo XI – Valores do adicional à contrapartida anual;
 - l) Anexo XII – Modelo de guia de depósito bancário;
 - m) Anexo XIII – Modelo de garantia bancária/seguro-caução.
4. As peças do procedimento integram ainda, se aplicável, as retificações e esclarecimentos que venham a ser prestados nos termos definidos na lei e no presente Programa do Concurso.

Artigo 5.º

Inscrição na plataforma eletrónica

1. A participação no procedimento depende de prévia inscrição, gratuita, na plataforma eletrónica de contratação (“Plataforma”), disponível em <https://www.saphetygov.pt/>.
2. A Plataforma permite o acesso ao procedimento e às respetivas peças, de forma gratuita, nos termos previstos na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

CAPÍTULO II

JÚRI

Artigo 6.º

Constituição

1. O concurso é dirigido por um Júri, constituído por três membros efetivos e dois membros suplentes, designados pela comissão de jogos.
2. A deliberação da comissão de jogos, que designa o júri do concurso, indica o respetivo presidente e o vogal efetivo que o substitui nas suas faltas e impedimentos.

Artigo 7.º

Funcionamento

1. O Júri inicia o exercício das suas funções no dia útil subsequente ao do envio do anúncio para publicação.
2. O Júri só pode funcionar quando o número de membros presentes na reunião corresponda ao número de membros efetivos.
3. As deliberações do Júri, que devem ser sempre fundamentadas, são tomadas por maioria de votos, não sendo admitida a abstenção.
4. Nas deliberações em que haja voto de vencido de algum membro do Júri, devem constar da ata as razões da sua discordância.
5. O Júri pode, com a aprovação da comissão de jogos, designar um secretário.
6. Quando o considerar conveniente, a comissão de jogos pode designar peritos ou consultores para apoiarem o Júri no exercício das suas funções, podendo aqueles participar, sem direito a voto, nas reuniões do júri.
7. Antes do início de funções, os membros do Júri e todos os demais intervenientes no processo de avaliação de propostas, designadamente peritos, subscrevem declaração de inexistência de conflitos de interesses, conforme modelo previsto no anexo XIII ao CCP.

Artigo 8.º

Competência

- 1.** Compete, nomeadamente, ao Júri:
 - a) Proceder à análise das propostas;
 - b) Elaborar os relatórios de análise das propostas;
 - c) Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento que lhe sejam solicitados pelos interessados, nos termos do artigo 14.º do presente Programa do Concurso;
 - d) Solicitar aos concorrentes os esclarecimentos, sobre as propostas apresentadas, que considere necessários para efeito de análise e de avaliação das mesmas, nos termos do artigo 27.º do presente Programa do Concurso.
- 2.** Cabe ainda ao Júri exercer a competência que lhe seja subdelegada, nos termos legais, não lhe podendo, porém, ser subdelegada a competência para a retificação das peças do procedimento, para a decisão sobre erros ou omissões identificados pelos interessados ou a decisão de adjudicação.

CAPÍTULO III

CONCORRENTES

Artigo 9.º

Concorrentes

É concorrente a pessoa coletiva privada, que tenha por objeto social exclusivo as atividades que se encontram integradas na concessão, constituída sob a forma de sociedade anónima ou equivalente, com sede num Estado-Membro da União Europeia, ou num Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que esteja vinculado à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade e do combate à fraude e ao branqueamento de capitais, desde que, no caso de sociedades estrangeiras, tenham sucursal em Portugal e que participa no presente procedimento mediante a apresentação de uma proposta.

Artigo 10.º

Agrupamentos concorrentes

1. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas coletivas privadas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que, pelo menos, um dos seus membros tenha o objeto social previsto no artigo anterior.
2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser, isoladamente, concorrentes no presente concurso, nos termos do disposto no artigo anterior, nem integrar outro agrupamento concorrente.
3. As entidades que compõem o agrupamento podem, a qualquer momento, designar um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do procedimento, devendo para o efeito juntar instrumentos de mandato emitidos por cada uma das entidades.
4. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
5. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem, antes da celebração do contrato, constituir uma sociedade anónima ou equivalente, cujo objeto e sede obedeçam aos requisitos exigidos no artigo anterior.

Artigo 11.º

Impedimentos

Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

CAPÍTULO IV

TRAMITAÇÃO DO CONCURSO

SECÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 12.º

Consulta e obtenção das peças do concurso

1. O Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos são integralmente disponibilizados, de forma livre, completa e gratuita, a partir da data da publicação do respetivo anúncio, na Plataforma.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as plantas dos bens imóveis do domínio privado do Estado afetos à concessão da Zona de Jogo do Estoril, bem como o Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), encontram-se disponíveis nos serviços do Turismo de Portugal, I.P., na morada indicada no n.º 6 do artigo 2.º do presente Programa do Concurso, para consulta dos interessados, todos os dias úteis, das 9H30 às 12H30 e das 14H30 às 17H00, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Os serviços do Turismo de Portugal, I. P. registam o nome e o endereço eletrónico dos interessados que consultem os documentos a que se refere o número anterior.

Artigo 13.º

Visitas aos imóveis

1. Os interessados podem, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas, visitar os imóveis que integram a concessão, efetuando os reconhecimentos que entendam indispensáveis e que sejam suscetíveis de influir, quer na elaboração da proposta, quer no modo de execução das obrigações do contrato a celebrar.
2. Para os efeitos previstos no número anterior, os interessados devem requerer a marcação de uma visita, através do endereço eletrónico info.srij@turismodeportugal.pt.

3. A resposta ao pedido de agendamento, referido no número anterior, é dada pelo Júri, no prazo de 3 (três) dias, com a indicação do dia ou dias e horas disponíveis para o efeito.
4. As visitas requeridas são realizadas separadamente com cada interessado, sendo acompanhadas por um elemento designado pelo Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos do Turismo de Portugal, I.P. (SRIJ), não podendo este responder a quaisquer questões ou prestar esclarecimentos de qualquer natureza relacionados com o presente procedimento.
5. Os concorrentes não podem, em qualquer momento ou circunstância, invocar desconhecimento quanto ao que examinaram ou que poderiam ter examinado ou imputar à entidade adjudicante, a esse título, qualquer responsabilidade, contratual ou pré-contratual.
6. As visitas são realizadas por exclusiva conta e risco dos interessados.

Artigo 14.º

Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. Para efeitos do presente concurso, consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.
3. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do Caderno de Encargos detetados, com exceção daqueles que por eles apenas pudessem ser

detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

4. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - a) O Júri deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final do prazo fixado para prestar esclarecimentos, não sejam por ele expressamente aceites.
5. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.
6. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do concurso, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 4, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.
7. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na Plataforma Eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
8. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

SECÇÃO II

APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Artigo 15.º

Prazo

1. As propostas dos concorrentes devem ser apresentadas até às 23h59m do 30.º (trigésimo) dia a contar da data do envio do anúncio do concurso ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia para publicação no Jornal Oficial da União Europeia.
2. O prazo para apresentação de propostas pode ser prorrogado nos termos previstos no artigo 64.º do CCP.
3. As decisões de prorrogação são da competência da comissão de jogos e são juntas às peças do concurso e notificadas a todos os interessados, publicando-se aviso daquelas decisões no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.

Artigo 16.º

Apresentação da proposta

1. Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na Plataforma, através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, devendo ser cumpridas as obrigações legais relacionadas com a sua apresentação, que constam do presente Programa do Concurso, do CCP e da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, na sua redação atual.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

Artigo 17.º

Constituição das propostas

1. A proposta é constituída por:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, disponível em <http://www.base.gov.pt/deucp/>, devidamente preenchido pelo concorrente ou por todos os membros do agrupamento ou pelo representante comum com poderes para o obrigar, quando aplicável;

- b) Documento comprovativo do objeto social do concorrente (nomeadamente certidão permanente ou equivalente e pacto social atualizado), ou, em caso de agrupamento, de pelo menos um dos seus membros para efeitos de verificação dos requisitos exigidos no artigo 9.º do presente Programa do Concurso;
 - c) Documento que contenha a localização do imóvel a afetar à instalação do casino de Lisboa, bem como os valores aproximados das áreas de implantação e de construção do mesmo;
 - d) Documento comprovativo de que o concorrente é proprietário do imóvel onde vai ser instalado o casino de Lisboa ou detenha ou venha a deter um outro direito cujo título lhe confira, pelo período de vigência e nos termos do contrato de concessão, a faculdade da sua exploração como casino;
 - e) Documento com a indicação da data de início da exploração do casino de Lisboa e se a mesma ocorrerá, ou não, em instalações provisórias;
 - f) Documento com a proposta financeira, elaborado em conformidade com o modelo constante do Anexo IV ao presente Programa do Concurso.
2. O Documento Europeu Único de Contratação Pública deve ser assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, devendo neste último caso ser acompanhado do respetivo instrumento de mandato conferido pelo concorrente.
3. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, o Documento Europeu Único de Contratação Pública deve ser assinado pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que deve ser acompanhado dos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

Artigo 18.º

Idioma dos documentos da proposta

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 19.º

Indicação dos montantes da proposta financeira

1. Os montantes constantes da proposta financeira são indicados em algarismos.
2. Quando os montantes constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
3. Sempre que na proposta forem indicados vários valores, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os valores mais decompostos.

Artigo 20.º

Propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 21.º

Prazo de obrigação de manutenção das propostas

O prazo da obrigação de manutenção das propostas é de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.

Artigo 22.º

Retirada da proposta

1. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os concorrentes que já as tenham apresentado podem retirá-las.
2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo que se encontra fixado para o efeito.

SECÇÃO III

LISTA DE CONCORRENTES

Artigo 23.º

Lista de concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na Plataforma.
2. Aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na Plataforma, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2.

SECÇÃO IV

AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Artigo 24.º

Critério de adjudicação

A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, densificado pelos seguintes fatores e nos termos definidos no modelo de avaliação constante do Anexo V ao presente Programa do Concurso:

- a) Montante da contrapartida anual fixa;
- b) Percentagem que incide sobre as receitas brutas dos jogos explorados para determinar o montante da contrapartida anual variável;
- c) Montante mínimo da contrapartida anual variável.

Artigo 25.º

Resolução de situações de empate

1. Em caso de empate, o critério utilizado será o da ordem decrescente de ponderação dos fatores financeiros que densificam o critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa.
2. Subsistindo a situação de empate, será realizado um sorteio presencial, em condições de igualdade e transparência.
3. O Júri do concurso notifica os concorrentes da data, hora e local da realização do sorteio.

Artigo 26.º

Análise das propostas

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos e termos ou condições.
2. Sem prejuízo do disposto no artigo 70.º do CCP, são excluídas as propostas cuja análise revele:
 - a) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no artigo 17.º do presente Programa do Concurso;
 - b) Que apresentam atributos que violem os parâmetros base fixados no Caderno de Encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar não submetidos à concorrência;
 - c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
 - d) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
 - e) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.
3. A exclusão de quaisquer propostas com fundamento no disposto na alínea e) do número anterior é imediatamente comunicada à Autoridade da Concorrência.

Artigo 27.º

Esclarecimentos sobre as propostas

1. O Júri do concurso pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão.
3. Os pedidos de esclarecimento formulados pelo Júri, bem como as respostas dos concorrentes são disponibilizados na Plataforma, sendo todos os concorrentes imediatamente notificados desse facto.
4. Ao suprimimento das irregularidades das propostas é aplicável o disposto no artigo 72.º do CCP.

SUBSECÇÃO IV

RELATÓRIO PRELIMINAR

Artigo 28.º

Relatório preliminar

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o Júri do concurso elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a ordenação das mesmas.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o Júri propõe também, fundamentadamente, a exclusão das propostas:
 - a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
 - b) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante ou a comissão de jogos tenham conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP;

- c) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no artigo 17.º do presente Programa do Concurso;
 - d) Que não cumpram o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 17.º ou no artigo 18.º do presente Programa do Concurso;
 - e) Que sejam apresentadas como variantes;
 - f) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 16.º do presente Programa do Concurso;
 - g) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
 - h) Cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 26.º do presente Programa do Concurso;
 - i) Por se verificar qualquer causa de exclusão prevista nas alíneas do n.º 2 do artigo 146.º do CCP ou em qualquer outra disposição relevante no mesmo diploma ou diploma conexo.
3. Quando o mesmo concorrente apresente mais de uma proposta, o Júri deve também propor a exclusão de todas as propostas por ele apresentadas.
4. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto no artigo anterior.

Artigo 29.º

Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar, o Júri envia-o a todos os concorrentes fixando-lhes um prazo, não inferior a 5 (cinco) dias, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Artigo 30.º

Relatório final

1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer

proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 28.º do presente Programa do Concurso.

2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o Júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao membro do Governo responsável pela área do turismo.
4. Cabe ao membro do Governo responsável pela área do turismo decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

CAPÍTULO V

ADJUDICAÇÃO e HABILITAÇÃO

Artigo 31.º

Adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo a todos os concorrentes, até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, acompanhada do relatório final de análise das propostas.
2. Por motivo devidamente justificado, a decisão de adjudicação pode ser tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido no número anterior, sem prejuízo do direito de recusa de adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi a escolhida.
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário é ainda notificado para, no prazo de 10 (dez) dias:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do artigo 33.º do presente Programa do Concurso e da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro;
 - b) Prestar caução de acordo com os valores calculados nos termos previstos no n.º 3 do artigo 89.º do CCP e no artigo 37.º do presente Programa do Concurso;
 - c) Se pronunciar sobre a minuta do contrato.

Artigo 32.º

Causas de não adjudicação

1. Não há lugar à adjudicação, extinguindo-se o procedimento, nos casos previstos no artigo 79.º do CCP.
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, é notificada a todos os concorrentes.

CAPÍTULO VI

HABILITAÇÃO

Artigo 33.º

Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, declaração emitida conforme modelo constante do Anexo I ao presente Programa do Concurso e os documentos de habilitação referidos na alínea b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP.
2. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
3. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, o adjudicatário fá-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
4. O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, na Plataforma.
5. Nos casos em que os documentos de habilitação a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da sua apresentação, indicar à comissão de jogos o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
6. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a comissão de jogos consulte a informação relativa a qualquer dos documentos

referidos no número anterior, é dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1 ou a indicação prevista no número anterior.

7. A apresentação dos documentos de habilitação por agrupamentos de concorrentes é feita de acordo com o disposto no artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.
8. É de dez (10) dias, contados da notificação para o efeito, o prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.
9. Em caso de indisponibilidade da Plataforma, o adjudicatário deve enviar os documentos de habilitação para o endereço de correio eletrónico indicado no n.º 6 do artigo 2.º do presente Programa do Concurso, devendo, em qualquer caso, a sua receção ocorrer dentro do prazo estabelecido no n.º 1.
10. Quando as irregularidades verificadas nos termos do n.º 8 ocorram por facto que não seja imputável ao adjudicatário, a comissão de jogos pode conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
11. Caso ocorra a caducidade da adjudicação nos termos previstos nos números anteriores, o membro do Governo responsável pela área do turismo adjudica a proposta ordenada em lugar subsequente.

CAPÍTULO VII

CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Artigo 34.º

Minuta do contrato

1. A minuta do contrato é aprovada pelo membro do Governo responsável pela área do turismo, em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. Depois de aprovada, o adjudicatário é notificado da minuta do contrato a celebrar, com a identificação expressa dos ajustamentos propostos, nos termos do artigo 99.º do CCP, se for caso disso.

3. A minuta do contrato a celebrar, bem como os ajustamentos propostos, consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 35.º

Outorga do contrato

1. A outorga do contrato terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a) Decorridos 10 (dez) dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação;
 - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c) Comprovada a prestação da caução a que se refere o artigo 37.º do presente Programa do Concurso.
2. A data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato é comunicada ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Artigo 36.º

Despesas e encargos

As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito e à publicação em Diário da República são da responsabilidade do adjudicatário.

CAPÍTULO VIII

CAUÇÃO

Artigo 37.º

Caução

1. A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, deve ser prestada por instituição de crédito estabelecida num Estado-Membro da União Europeia, ou num Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, mediante:
 - a) Depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem do Turismo de Portugal, I.P., nos termos do modelo constante do Anexo II ao presente Programa do Concurso;

- b) Garantia bancária ou seguro-caução, nos termos dos modelos constantes do Anexo III ao presente Programa do Concurso.
2. A caução a prestar é no valor de 2% do montante correspondente à utilidade económica imediata do contrato para a entidade adjudicante, calculado por referência aos valores da contrapartida anual fixa e da contrapartida anual mínima indicados na proposta adjudicada, ao longo de toda a vigência do contrato a celebrar, acrescido, se aplicável, do valor do adicional que resultar da aplicação dos valores constantes do quadro que integra do Anexo XI ao Caderno de Encargos.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 38.º

Falsidade dos documentos e das declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para o efeito de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação.

Artigo 39.º

Legislação aplicável

Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa do Concurso aplica-se o regime previsto no CCP e legislação complementar, bem como o disposto no Código do Procedimento Administrativo.

Anexo I

Modelo de declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP e a alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º)

1 - _____ [*nome, número de documento de identificação e morada*], na qualidade de representante legal de _____ [*firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes*], adjudicatário(a) no procedimento de concurso público com publicidade internacional para adjudicação da concessão do exclusivo da exploração de jogos de fortuna ou azar na Zona de Jogo do Estoril declara, sob compromisso de honra, que a sua representada não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [*ou indica _____ como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (1)*] os documentos comprovativos de que a sua representada não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[local], [data], [assinatura (2)]

(1) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso;

(2) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

Anexo II

Modelo de Guia de Depósito Bancário

(a que se refere a alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º)

O depósito em dinheiro será efetuado no Banco _____, à ordem do Turismo de Portugal, I.P., mediante guia do seguinte modelo:

Guia de depósito Euros _____ [*valor por extenso*]

Vai _____ [*nome do adjudicatário*], com sede em _____ [*morada*] e sucursal em (1) _____, com o capital social de _____, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de _____, com o número de matrícula e de pessoa coletiva _____, depositar na _____ [*sede, filial, agência ou delegação*] do Banco _____ (2) a quantia de Euros _____, [*valor por extenso*] em dinheiro, como caução exigida no âmbito do concurso público com publicidade internacional para a adjudicação da concessão do exclusivo da exploração de jogos de fortuna ou azar na zona de jogo do Estoril.

Este depósito de Euros _____ [*valor por extenso*], sem reservas, fica à ordem do Turismo de Portugal, I.P., a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento e destina-se a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais.

O banco obriga-se, sem quaisquer reservas, a entregar ao Turismo de Portugal, I.P. as importâncias que lhe venham a ser solicitadas até àquele valor, logo que interpelado por simples notificação.

O presente depósito permanece válido até que seja expressamente autorizada a sua libertação pelo Turismo de Portugal, I.P., não podendo ser anulado ou alterado sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios ou despesas que sejam devidos.

[*local*], [*data*], [*assinatura(s) reconhecida(s) do(s) legal(ais) representante(s)*]

(1) Preencher no caso de sociedade estrangeiras

(2) Identificação completa da instituição financeira

Anexo III

Modelo de Garantia Bancária/Seguro Caução

(a que se refere a alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º)

Garantia bancária / seguro de caução n.º.....

Em nome e a pedido de _____ [*nome do adjudicatário (1)*], com sede em _____ e sucursal em (1) _____, com o capital social de _____, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de _____, com o número de matrícula e de pessoa coletiva _____, vem o(a) _____ [*instituição garante (2)*], pelo presente documento prestar, a favor do Turismo de Portugal, I.P., uma garantia bancária / seguro-caução [*eliminar o que não for aplicável*], até ao montante de Euros _____ [*valor por extenso*], destinado(a) a garantir/caucionar [*eliminar o que não for aplicável*] a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo garantido pela adjudicação no procedimento de concurso público com publicidade internacional para concessão do exclusivo da exploração de jogos de fortuna ou azar na zona de jogo do Estoril, nos termos dos n.ºs 6 e 8 / 7 e 8 [*eliminar o que não for aplicável*] do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

O valor da presente garantia/do presente seguro-caução [*eliminar o que não for aplicável*] é de Euros _____ [*valor por extenso*] e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros [*eliminar o que não for aplicável*] garante, no caso de vir a ser chamado a honrar a presente garantia/o presente seguro-caução [*eliminar o que não for aplicável*], não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do garantido, sendo-lhe igualmente vedado opor ao Turismo de Portugal, I.P. quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante ou compensar qualquer obrigação emergente da presente garantia / do presente seguro

caução *[eliminar o que não for aplicável]* com qualquer crédito que tenha ou porventura venha a ter contra o beneficiário.

Quaisquer pagamentos a efetuar por este banco/companhia de seguros *[eliminar o que não for aplicável]* nos termos da presente garantia/do presente seguro-caução *[eliminar o que não for aplicável]* serão processados no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Turismo de Portugal, I.P..

A presente garantia/o presente seguro-caução *[eliminar o que não for aplicável]* permanece válida(o) até que seja expressamente autorizada a sua libertação pelo Turismo de Portugal, I.P., não podendo ser anulada(o) ou alterada(o) sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

Caso alguma das disposições da presente garantia/do presente seguro-caução *[eliminar o que não for aplicável]* se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias,

[local], [data], [assinatura(s) reconhecida(s) do(s) representante(s) legal(ais)]

- (1) Preencher no caso de sociedades estrangeiras
- (2) Identificação completa da instituição garante

Anexo IV

Modelo de proposta financeira

(a que se refere a alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º)

_____ [*nome, número de documento de identificação e morada*], na qualidade de representante legal de _____ [*firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes*], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de concurso público com publicidade Internacional para concessão do exclusivo da exploração de jogos de fortuna ou azar na Zona de Jogo do Estoril, propõe-se pagar:

- a) Pela contrapartida anual fixa, o valor de Euros: _____ [*extenso*];
- b) Pela contrapartida anual variável, o valor correspondente à percentagem de _____ [*extenso*] das receitas brutas dos jogos explorados nos Casinos do Estoril e de Lisboa;
- c) Pela contrapartida anual mínima o valor anual de Euros: _____ [*extenso*], caso o valor que resulte da aplicação da percentagem referida na alínea anterior à receita bruta dos jogos seja inferior a este montante.

[local], [data], [assinatura (1)]

(1) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

Anexo V

Modelo de avaliação das propostas

(a que se refere a alínea e) do n.º 2 do artigo 4.º)

1. A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, densificado pelos seguintes três fatores:
 - a) Fator A - montante da contrapartida anual fixa que, sob pena de exclusão da proposta, não pode ser inferior a Euros 10.166.666,67 (dez milhões, cento e sessenta e seis mil seiscientos e sessenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos). nem ter incrementos de valor diferente de Euros 100.000,00 (cem mil);
 - b) Fator B - percentagem das receitas brutas dos jogos explorados nos casinos, que corresponde à contrapartida anual variável, e que, sob pena de exclusão da proposta, tem de se situar no intervalo entre 45,00% e 50,00% e os incrementos serem de 0,5 pontos percentuais;
 - c) Fator C - montante da contrapartida anual mínima que, sob pena de exclusão da proposta, não pode ser inferior a Euros 51.600.000,00 (cinquenta e um milhões e seiscientos mil), nem ter incrementos de valor diferente de Euros 100.000,00 (cem mil).
2. A pontuação de cada fator é feita da seguinte forma:
 - a) Fator A

Valor proposto	N.º de pontos atribuídos
10 166 666,67 €	100
10 266 666,67 €	101
10 366 666,67 €	102
10 466 666,67 €	103
10 566 666,67 €	104
10 666 666,67 €	105
...	...

Sendo sucessivamente adicionado 1 (um) ponto por cada Euros 100.000,00 (cem mil) acima de Euros 10.666.666,67 (dez milhões, seiscientos e sessenta e seis mil seiscientos e sessenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos).

b) Fator B

Valor proposto	N.º de pontos atribuídos
45,00%	100
45,50%	110
46,00%	120
46,50%	130
47,00%	140
47,50%	150
48,00%	160
48,50%	170
49,00%	180
49,50%	190
50,00%	200

c) Fator C

Valor proposto	N.º de pontos atribuídos
51 600 000,00 €	100
51 700 000,00 €	101
51 800 000,00 €	102
51 900 000,00 €	103
52 000 000,00 €	104
52 100 000,00 €	105
...	...

Sendo sucessivamente adicionado 1 (um) ponto por cada Euros 100.000,00 (cem mil) acima de Euros 52.100.000,00 (cinquenta e dois milhões e cem mil).

3. A cada um dos fatores, apurado nos termos do número anterior, é aplicada a seguinte percentagem:

- a) Fator A – 30,00%;
- b) Fator B – 50,00%;
- c) Fator C – 20,00%.

4. A avaliação final da proposta (CF) é efetuada pela aplicação seguinte fórmula:

$$CF = 30,00\% \times A + 50,00\% \times B + 20,00\% \times C$$

5. O resultado da aplicação da fórmula é apresentado com 1 (uma) casa decimal.